

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Dissertação História- 139181

As relações diplomáticas entre o Brasil e a França de 1822 a 1844

Bianca Soares Pimentel

11/0110374

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva
Doratioto (Presidente)

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis

Suplente: Prof. Dr. André Gustavo de Melo
Araújo

Brasília/DF

Dezembro de 2014

Bianca Soares Pimentel

As relações diplomáticas entre o Brasil e a França de 1822 a 1844

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Data da Defesa Oral: 17 de dezembro de 2014

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (Presidente)

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueeról

Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis

Suplente: Prof. Dr. André Gustavo de Melo Araújo

Brasília

2014

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus queridos pais por toda a educação, apoio e incentivo que puderam me propiciar ao longo de minha formação. Agradeço também o apoio e presença constantes de minha irmã, minha avó e amigos.

Agradeço ao professor Francisco Doratioto pela oportunidade de orientação e de grande aprendizado. Gostaria de agradecer igualmente aos professores do Departamento de História da Universidade de Brasília.

Lista de figuras

- 1) Mapa das disputas territoriais no Amapá entre França e Brasil..... p.41

Resumo: O presente trabalho tem por tema um estudo sobre as relações diplomáticas entre o Brasil e França de 1822 a 1844. Esse trabalho analisa como foram construídas e executadas as relações franco-brasileiras na primeira metade do século XIX, abordando três temáticas centrais: os antecedentes históricos de cada país, o processo de reconhecimento da Independência do Brasil pela França e a interação franco-brasileira durante o Período Regencial e início do Segundo Reinado. São pontos fulcrais de análise os primeiros passos da política externa brasileira, a Questão do Amapá (O Contestado Franco-Brasileiro), as Tarifas Alves Branco e o projeto nacional de uma nova diplomacia.

Palavras-chave: Brasil, França, diplomacia, política externa.

Résumé: Cette monographie présente une étude sur les relations diplomatiques entre le Brésil et la France de 1822 à 1844. Ce travail analyse comment les relations franco-brésiliennes se sont construites et se sont passées tout au long de la première moitié du XIX^{ème} siècle. L'étude se divise en trois principales thèmes: les antécédents historiques de chaque pays, la reconnaissance de l'Indépendance Brésilienne par la France et l'interaction franco-brésilienne durant la Régence et le début du Second Empire Brésilien. En outre, des thématiques comme les premiers pas de la Politique Étrangère Brésilienne, l'Affaire de l'Amapa, les Tarifes Alves Branco et le projet national d'une nouvelle diplomatie.

Mots-clés: Brésil, France, diplomatie, Politiques Etrangères.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: Os antecedentes de duas Nações: La France e o Brasil	10
1.1) A presença europeia no Novo Mundo	10
1.2) A ascensão de Napoleão e as consequências para a Europa	11
1.3) A emergência de uma nova diplomacia: O Congresso de Viena	13
1.4) O futuro francês	14
1.5) A chegada da Família Real para a América Portuguesa	14
1.6) Grandes mudanças e consequências	16
1.7) D. Pedro e a Independência do Brasil	17
1.8) José Bonifácio na política externa brasileira	19
1.9) Os primeiros passos do Brasil Independente	19
Capítulo 2: A construção da diplomacia entre França e Brasil	22
2.1) A França e a América Latina	22
2.2) <i>Le Comte de Gestas</i> : as primeiras iniciativas diplomáticas francesas com o Brasil	24
2.3) A busca pela legitimidade no processo de reconhecimento francês	25
2.4) O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre as Coroas Brasileira e Francesa	28
Capítulo 3: Mudanças na Política Externa Brasileira e as relações com a França	32
3.1) O adeus de D. Pedro I ao Brasil: o Fim de Primeiro Reinado	32
3.2) O Brasil no Período Regencial	34
3.3) A nova política externa brasileira e as relações com a França	36
3.4) A questão do Amapá: um “affaire” fronteiriço	39
Conclusão	42

Introdução

A história do Brasil revela notáveis transformações entre os anos de 1808 e 1822. Essas datas coincidem com dois grandes momentos da trajetória brasileira: a chegada da família real portuguesa ao Brasil e a declaração da independência brasileira. Em apenas quatorze anos, o Brasil deixava de ser uma colônia para se tornar um império autônomo e livre de Portugal, destacando-se dos demais países latino-americanos, que também buscavam conquistar sua autonomia. Enquanto isso, na Europa, as potências enfrentavam momentos difíceis com as ofensivas francesas lideradas por Napoleão Bonaparte. Este último, detentor de uma brilhante carreira militar, ambicionava que a França se tornasse a grande potência hegemônica do continente. Tal projeto incluía intensos conflitos armados e guerras que desestabilizava integralmente a Europa.

A princípio, em contextos tão diversos e específicos, França e Brasil, nesse período, já contribuía indiretamente para a construção de suas futuras relações diplomáticas. Com a invasão de Lisboa pelas tropas napoleônicas, D. João VI e sua corte não hesitaram em partir para as terras brasileiras. A partir daí, mudanças irreversíveis possibilitariam um novo futuro para a colônia, levando-a a sua Independência.

Instaurado o Império do Brasil, cabia ao novo país conquistar sua legitimidade no cenário internacional. O reconhecimento, porém, não se firmou logo nos primeiros anos autônomos. Muitos países, inclusive a França, só deram o seu consentimento em 1826. Após essa primeira fase, inaugurar-se-ia um novo momento para a diplomacia brasileira.

O presente trabalho é um estudo sobre as relações franco-brasileiras entre 1822 e 1844. Partindo-se da Independência Brasileira até o projeto nacional de uma nova política externa, analisa-se como foi construída e posta em prática a diplomacia entre a França e o Brasil. O estudo concentra-se em três temas principais os quais correspondem aos três capítulos da monografia.

O primeiro capítulo dedica-se a apresentar os antecedentes e contextos de cada nação em questão. O segundo procura analisar o processo de reconhecimento da Independência do Brasil pela França. O terceiro e último capítulo explora como se deu a diplomacia franco-

brasileira durante o período regencial e o início do Segundo Reinado, destacando temas como o novo projeto de uma política externa brasileira e as Tarifas Alves Branco.

Capítulo I: Os antecedentes de duas nações: La France e o Brasil.

1.1- A presença européia no Novo Mundo.

Em meados do século XV, o continente europeu, passando pelos últimos ares da Idade Média, conheceu o movimento Renascentista, que simbolizou a passagem da Era Medieval para a Idade Moderna. Centralizado na figura humana, o humanismo, o Renascimento buscou recuperar com força a cultura clássica.

O Renascimento teve grande repercussão na produção cultural europeia, principalmente nas artes e na área do conhecimento. As pinturas, a arquitetura e as esculturas encarnavam os entusiasmos dos artistas. Com relação ao conhecimento, muitas obras e nomes começaram a aparecer e futuramente seriam de grande importância.

Apesar de ser um fenômeno relevante naquele momento, a Europa também conheceu um outro evento que provocou grandes mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas: As Grandes Navegações. Os europeus, dominando as técnicas das navegações, partiam do Antigo Mundo para explorar lugares até então desconhecidos por tal cultura.

Os dois primeiros países a se aventurarem no Novo Mundo foram Portugal e Espanha. Ao longo de muitos anos, portugueses e espanhóis percorreram diversos locais situados em outros continentes como na Ásia, África e América. Consolidando sua presença onde passavam, os dois países construíram verdadeiros impérios com os territórios dominados, anexando-os e levando-os à condição de colônias.

O poderio ibérico colonial estabeleceu-se na maior parte no continente americano. A Espanha com territórios na América Norte, Central e Sul e Portugal com o Brasil. A recorrente presença de espanhóis e portugueses no Novo Mundo levou à negociação de fronteiras por ambas as partes, definindo e protegendo seus territórios. Esse acordo correspondeu ao Tratado de Tordesilhas, que, sob intervenção papal, reconheceu a posse de terra de Cabo Verde para a Espanha e para Portugal, sendo todas delimitadas e separadas por uma linha imaginária.

Com a consolidação do domínio ibérico no Novo Mundo, outras potências europeias como a Inglaterra e a França inseriram-se tardiamente na corrida das Grandes Navegações. Também estabeleceram grandes domínios, mas em concentrações diferentes à Espanha e

Portugal. O pioneirismo desses dois países deve-se à existência de um Estado precocemente organizado. Países como França e Inglaterra fizeram sua centralização política tardiamente comparados à Península Ibérica, o que interferiu diretamente na logística das Grandes Navegações.

A presença francesa no continente americano consistiu na conquista de territórios em maior parte ao norte denominada *Nouvelle France*- que compreendia algumas províncias do Canadá e a Luisiana nos Estados Unidos- mas também ao sul com a Guiana. De certa forma, a Coroa francesa conseguiu construir importância e influência com seus domínios no continente. Entretanto, durante a Guerra dos Sete Anos¹, a França saiu como a grande perdedora do conflito e foi obrigada a ceder suas colônias do norte para a Inglaterra, permanecendo com a Guiana, Haiti, Guadalupe e Martinica na América do Sul.

1.2- A ascensão de Napoleão e as consequências para a Europa.

A Revolução Francesa mudaria para sempre não só a história de seu país, mas também a de todo o continente europeu. Esta revolta, de grandiosidade desconhecida até então, originou-se nas crescentes decepções do povo francês com sua monarquia absolutista e valores tradicionais. Além de acumuladas insatisfações, a burguesia francesa permeava-se de correntes filosóficas como o liberalismo e, posteriormente o iluminismo, as quais comprometiam e ameaçavam a sustentação da Coroa.

Desde o reinado de *Louis XV*, a propagação de tais ideais começou a ter notável repercussão apesar de serem rigorosamente repreendidas. Das *Encyclopédies* e panfletos às grandes oratórias e obras de pensadores iluministas, as correntes revolucionárias ganharam força, rompendo com o *Ancien Régime*.²

A Revolução eclodiu oficialmente em 14 de julho de 1789 com a queda da Bastilha, um dos maiores símbolos do poder monárquico absolutista. Durante dez anos de revolta, muitas mudanças e muitos nomes como Robespierre, Danton, Sieyès, Marat, entre outros, tomaram a liderança e instruíram tal movimento.

¹A Guerra dos Sete Anos ocorreu entre 1756 e 1763 e consistiu em conflitos entre algumas das potências européias como França, Inglaterra, Prússia, Áustria e Portugal. O evento se deu por diversos motivos de rivalidades entre as monarquias. Dentre elas, a rivalidade colonial entre ingleses e franceses, o que resultaria futuramente na queda da *Nouvelle France*. A guerra também se estendeu para o continente americano e teria grandes consequências para o futuro dos Estados Unidos e do Canadá.

²As palavras estrangeiras permanecerão originais neste artigo para que não haja conflito de sentido.

Uma das maiores ou talvez a principal ação para a mudança efetiva dos rumos futuros do país foi a condenação do monarca francês, *Louis XVI*³. Com a execução do soberano, a França declarava-se uma *République* sob os termos de *Liberté, Fraternité et Egalité*.

É com este cenário revolucionário qual surge uma das maiores figuras da história francesa, Napoleão Bonaparte. Nascido em 1769 na cidade de Ajaccio, Córsega, Napoleão ingressou muito cedo na carreira militar. Durante a Revolução Francesa, o general francês destacou-se nas batalhas com o seu engajamento e brilhante talento militar. Assumindo gradualmente a liderança do movimento revolucionário, Bonaparte foi nomeado Cônsul e passou a usufruir de um crescente poder político. Em 1804, adotou os moldes monárquicos, declarando-se imperador e fazendo da França um poderoso e autoritário Império. Segundo d’Hendecourt e Feuer, Napoleão estabeleceu um governo cada vez mais despótico e prioritariamente fundamentado em suas decisões.⁴

Entre 1799 e 1815, a França viveu o chamado Período Napoleônico. Durante tal momento, a maior ambição do então líder era expandir e estabelecer uma forte hegemonia francesa no continente europeu. Para isto, Napoleão não hesitou em formar grandes exércitos, criar estratégias exímias, pegar em armas e invadir outras potências. A cada ataque e vitória, o território em questão perdia sua autonomia a fim de ser submetido ao domínio francês.

As Guerras Napoleônicas desestabilizaram por completo o continente europeu. Com o projeto expansionista francês, os ideais e princípios da Revolução não se limitavam mais à França. Foram exportados, sendo assimilados pelas diferentes culturas e povos europeus. Isto causou grandes querelas internas e externas para as monarquias tradicionais e conservadoras. Em outras palavras, um verdadeiro desequilíbrio para o continente.

A primeira derrota de Napoleão ocorreu na invasão francesa da Rússia em 1812. Esse momento foi decisivo para o declínio do Império Napoleônico. A partir deste momento, as potências aliadas e vitoriosas das Guerras Napoleônicas viram a necessidade de se reunirem e decidirem quais seriam os rumos do sistema internacional. Tal união tornou-se ainda mais urgente com a volta do imperador em 1815 com um governo o qual duraria 100 dias. Após tal

³*Louis XVI e Marie-Antoinette* foram ambos submetidos a julgamentos e foram considerados culpados. O resultado de tais audiências foram execuções em praça pública, mais precisamente na antiga *Place Louis XV*. Atualmente este espaço denomina-se *Place de La Concorde*, situada na *Champs Élysées* em frente aos *Jardins de Tuileries* em Paris.

⁴D’HENDECOURT, J; FEUER, D. Napoléon Ier. In: _____. **Dictionnaire des Souverains de France et de leurs épouses**. Paris: Pygmalion, 2006, p. 374-375.

episódio, Napoleão foi derrotado definitivamente em Waterloo e condenado a um novo exílio, agora, na ilha de Santa Helena. Assim, em 1815, começava oficialmente o Congresso de Viena, que assentaria as bases políticas da Europa pós-napoleônica.⁵

1.3- A emergência de uma nova diplomacia: O Congresso de Viena.

O século XIX certamente conheceu uma nova forma de se pensar na diplomacia. Nos séculos anteriores, a prática da guerra era constante na Europa. Segundo Kissinger, as relações internacionais anteriormente baseavam-se no princípio do poder e na expansão territorial, com o objetivo de preservação e consolidação da segurança. Em suma, uma ordem internacional, baseada na negociação e não na força, era então inexistente.⁶

O Congresso de Viena representou o marco para uma nova diplomacia que se construía. Foi estabelecida uma ordem internacional baseada no equilíbrio e na balança do poder. A ambição por conquistas e expansão territorial cediam lugar ao diálogo e à reflexão das ações diplomáticas. Esta mudança originou-se a partir de um consenso e no interesse em eliminar as mudanças revolucionárias ocasionadas pela Revolução Francesa. As potências aliadas que lutaram contra o domínio napoleônico passavam a buscar o princípio de equilíbrio.

Com o fim do domínio de Napoleão Bonaparte em 1815, o cenário internacional encontrava-se instável. As potências inimigas do imperador francês enfrentaram grandes desafios internos como reações alimentadas pelos ideais liberais revolucionários. Este "colapso", como nomeia Kissinger, levou diversos Estados a refletirem sobre uma fundamentação das relações internacionais.⁷

Tendo como principal objetivo a reestruturação do cenário internacional europeu pós-napoleônico, as monarquias aliadas reuniram-se em Viena. As grandes potências que lideraram o evento foram Áustria, Rússia, Inglaterra e Prússia. Estas eram representadas por grandes nomes e passaram a se reunir periodicamente para discutir suas prioridades em comum.

Para os aliados, a legitimidade e a garantia da estabilidade encontravam-se presentes na tradição. Portanto, visavam restabelecer os princípios conservadores. Durante as constantes

⁵ Em 1814, Bonaparte foi derrotado pelas tropas aliadas após a invasão francesa na Rússia. Consequentemente, o imperador fora exilado na Ilha de Elba, mas logo retomaria o poder na França com o governo de 100 dias.

⁶ KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, p. 50.

⁷ Idem, p. 58.

reuniões entre as potências, criou-se a Santa Aliança, união entre Prússia, Áustria e Rússia. Posteriormente, a Inglaterra também acabaria aderindo ao movimento, o que ocasionaria uma mudança do nome da organização. A Santa Aliança passava a ser nomeada de Quádrupla Aliança devido ao número de seus membros. Seu principal objetivo era o de conter e sufocar as emancipações e revoltas baseadas nos resquícios dos ideais revolucionários franceses. De tal forma, garantia-se a permanência das monarquias tradicionais e seus princípios.

1.4- O futuro francês.

Imersa no contexto de grandes mudanças e reformas, a França não conseguiu escapar das exigências impostas pelo Congresso de Viena. Apesar de ter sido a principal geradora dos conflitos que haviam marcado as décadas anteriores, ela acabou sendo absolvida da grande “culpa” e recebeu punições leves, pois havia restaurado os princípios absolutistas e tradicionais. Por questões estratégicas, os arquitetos de Viena consideraram mais seguro manter sua antiga inimiga ao seu lado a fim de não causar problemas futuros. Nas palavras de Laurent Theis:

“Alléger le poids militaire et financier de l’occupation et libérer ainsi le territoire au plus tôt, réintroduire la France dans le concert des puissances en accédant à la quadruple alliance, voilà l’objectif. [...]”

Ensuite, exercer un chantage discret mais clair: à trop pressurer la France financièrement au risque de la ruiner, à intervenir de façon trop voyante dans ses affaires intérieures, l’esprit révolutionnaire que tous avec raison redoutent, voire un désespoir incontrôlable, risquent de conduire au chaos que l’on cherche précisément à éviter. Enfin, faire admettre aux cours étrangères que laisser la France dans l’isolement et la relégation compromet l’équilibre des puissances défini à Vienne, gage du repos de l’Europe, ce ‘repos’ dont l’exigence habite Metternich jusqu’à l’obsession.”⁸

A França acabara por não ser nem isolada nem ignorada pelo resto da Europa. Ocupando uma posição particular, de certa forma, a França foi mantida como uma aliada para as potências européias. Em sua estrutura interna, a monarquia dos Bourbon foi restaurada com a ascensão de *Louis XVIII*, antigo *Comte de Provence* e irmão de *Louis XVI*.

Mesmo no pós-Congresso de Viena, a França voltaria a atuar no continente europeu, mas não de forma agressiva. Navegando em águas há muito conhecidas, os franceses participariam da História das Américas e brevemente cruzariam com seus caminhos com o Brasil recém-independente.

⁸THEIS, Laurent. Entre besoin de repos et désir de gloire. In: ALLAIN, J-C; GUILLEN, P; SOUTOU, G-J; THEIS, L; VAISSE, M. **Histoire de la diplomatie française- II. De 1815 à nos jours**. Vol II, Paris: Tempus, 2007, p. 18.

1.5- A chegada da Família Real para a América Portuguesa.

Foi no contexto das Grandes Navegações Europeias que o Brasil foi “descoberto”, tornando-se, conseqüentemente, território do Reino de Portugal. A partir de 1500, o novo território revelado passava a ocupar considerável importância nos documentos europeus. Com a expedição de Pedro Álvares Cabral, Vera Cruz - primeiro nome atribuído ao Brasil- foi transformada em colônia de Portugal. Ao longo dos séculos, certamente tornar-se-ia a principal conquista lusitana.

O Brasil enfrentou diversos eventos os quais compõem a sua história. Todavia, existe um o qual se destaca devido à sua importância para o futuro decisivo do país. Trata-se do episódio da chegada da Corte Portuguesa na colônia. A cogitação da transferência da Corte já era há muito conhecida, rompendo com o ideário de novidade no período em que de fato ocorreu. Em outras palavras, a mudança da família havia sido discutida em séculos anteriores, entretanto, o gatilho para tal episódio se deu na primeira década do século XIX, entre 1807 e 1808.

Nesse contexto, o cenário europeu via-se em total desequilíbrio com a hegemonia francesa liderada por Napoleão Bonaparte no continente. Neste período, o general e, futuramente, imperador, impunha o domínio francês para além de suas fronteiras, confrontando acirradamente as tradicionais monarquias europeias.

Certamente, a Península Ibérica, e, por sua vez, os domínios ibéricos no Novo Mundo, não fugiram às fortes ambições de Bonaparte. Napoleão reivindicava aos ibéricos a adesão ao bloqueio continental à navegação britânica e declaração de guerra aos ingleses. As tropas francesas lideradas pelo general Junot, primeiramente, adentraram em território espanhol, comprometendo o poder de Fernando VII. Não seria diferente com Portugal. Esta última há muito era aliada da Inglaterra, potência apoiadora da transferência da corte.

Diante das pressões e avanços dos franceses, D. João VI, até então príncipe regente, tomou a decisão definitiva de transferir a sede do Império para a sua colônia na América. O príncipe fora alertado e aconselhado por grandes nomes e teve assegurada a proteção militar inglesa para essa transferência. Acompanhado de sua família e membros da corte, D. João partiu de Lisboa em novembro de 1807. Ao território brasileiro, a corte chegou em 1808, primeiramente à Bahia e alguns meses depois ao Rio de Janeiro. A família permaneceria na cidade durante muitos anos, iniciando uma nova fase de extrema relevância para a colônia.

1.6- Grandes mudanças e conseqüências.

D. João VI e sua família permaneceriam no Brasil durante treze anos, entre 1808 e 1821. Com a presença da corte portuguesa, a colônia veria significativas mudanças em sua estrutura e realidade. Isto, obviamente, refletiria numa transformação do estatuto do Brasil no cenário internacional.

Ao chegar à colônia, o príncipe regente não esperou para colocar imediatamente o seu poder em prática. Com apenas duas medidas iniciais, o Brasil começava a mudar seu perfil. Foram elas a abertura dos portos e a declaração oficial de guerra à França.

Realizada imediatamente em Salvador, a abertura dos portos consistiu no ato de acesso e receptividade às nações amigas. Com este ato, comprometia-se o monopólio português sobre os produtos brasileiros e demais investimentos. A atividade comercial passava a ser diretamente efetuada com a colônia.

A segunda medida crucial de D. João em solo brasileiro foi a oficialização da declaração de guerra contra os franceses. Segundo Lúcia Maria Bastos Neves, o príncipe inicialmente buscava manter uma neutralidade com relação à ocupação francesa em Portugal. Todavia, os invasores passaram a agir de forma repressiva com os portugueses, instaurando-se uma forte artificialidade política. Com isto, D. João decretou o *Manifesto ou exposição justificativa do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França*, redigido por Rodrigo de Souza Coutinho. O manifesto estabelecia o rompimento das comunicações entre franceses e portugueses. Futuramente, tropas portuguesas invadiriam Caiena, capital da Guiana Francesa. Sendo constantemente um alvo para a ação diplomática portuguesa, a ocupação de Caiena foi interpretada como um acirramento de Portugal à França e oportunidade de consolidação do Império português na América.⁹ O episódio encerrou-se com a devolução final do território aos franceses em 1817. A Guiana, ocupada desde 1809, nunca fora oficializada como parte integrante do Império português.

Outras medidas ocorridas como a fundação do Banco do Brasil, criações da Imprensa Régia, Academia Real Militar, Biblioteca Real, Jardim Botânico e o Museu Real construíram uma nova reputação e reconfiguraram o perfil da colônia. Finalmente, em dezembro de 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves sob o conselho do

⁹NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Guerra aos franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro, vol. 6, No 11, 2010 p. 70-82. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie7.html. Acesso: 29 julho 2014.

representante francês Talleyrand no Congresso de Viena. Bastos afirma que esta sugestão possuía o objetivo de reforçar a posição de Portugal nas negociações diplomáticas entre as potências europeias após a queda de Napoleão Bonaparte.¹⁰

Esta mudança decisiva de estatuto da colônia causara enorme polêmica para os portugueses, pois afirmava-se que o Brasil não ocupava mais uma posição de subordinação à sua metrópole. Transformando-se oficialmente na sede do império, o Brasil necessitava de uma política de centralização a qual corresponderia à sua elevação. Neste contexto, Portugal via-se injustiçado e desgastado pelas invasões francesas e o domínio inglês.¹¹

O Brasil, em um curto período de treze anos, sofreu mudanças brutais. Ganhara grande importância conseguindo superar sua antiga condição colonial. A transformação impactante certamente seria decisiva para os futuros ramos do país. Portugal encontrava-se cada vez mais insatisfeito e fragilizado e reivindicava o retorno de seu monarca. D. João não tivera escolha, voltando a Portugal em 1821. Todavia, deixara seu filho no Brasil.

Com tais conseqüências, percebe-se a relevância da vinda da família real portuguesa ao Brasil, sendo este talvez o episódio mais marcante e decisivo para a história do país, pois construía-se, aos poucos, sua futura independência.

1.7- D. Pedro e a Independência do Brasil.

O período joanino no Brasil chegava ao fim e a partida do então monarca tornava-se cada vez mais inevitável. A família real via-se em uma difícil posição de tomar uma decisão. De um lado, o Brasil crescia com suas intensas modificações estruturais, colocando cada vez mais em questão seu estatuto de colônia. De outro, Portugal sentia-se “abandonado”, mostrava-se insatisfeito e acentuava-se a instabilidade política.

Em meados de 1820, eclodiu em Portugal uma onda revolucionária a qual despertou fortes preocupações para o governante no outro lado do Atlântico. Mais conhecida como Revolução do Porto por começar em tal cidade, o movimento ganhou forças maiores, chegando a outras localidades e a Lisboa.

Em decorrência das grandes mudanças ocorridas no Brasil, dentre elas a abertura dos portos, prejudicou significativamente a dinâmica comercial da burguesia portuguesa. A

¹⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. A vida política. In: COSTA E SILVA, Alberto da.(Org.). **História do Brasil Nação: Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011, p. 81-82.

¹¹ Idem, p. 83-86.

movimentação também contou com o apoio do exército, clero e nobreza. Certamente, o episódio fora mais intenso na cidade do Porto, mas não deixara de causar marcas em Lisboa. A grande consequência disto foi o retorno de D. João para a capital portuguesa.

Questionando-se o futuro da colônia, o monarca cautelosamente optara por deixar seu filho, D. Pedro de Alcântara, como príncipe regente do Brasil. D. João jamais retornaria ao Rio de Janeiro após esta data. Ele seria o único monarca europeu o qual estivera em territórios coloniais.

A partida de D. João, todavia, não acalmara as crescentes movimentações e instabilidades tanto em território português, como brasileiro. A Revolução Constitucionalista ocorrida em Portugal trouxe repercussões para o Brasil, despertando levantes em certas localidades.

Uma das maiores reivindicações da Revolução era que o Brasil voltasse a ser uma simples colônia de Portugal, conforme o jogo do pacto colonial. Diante tal acirramento, agravavam-se as divergências entre os dois agentes. Tanto em Portugal, quanto no Brasil formavam-se grupos de oposição a qualquer decisão política. Os deputados da corte portuguesa cada vez mais ameaçavam e pressionavam o retorno imediato de D. Pedro. Este, por sua vez, via-se contrariado, identificando-se com a união das elites no Brasil.

Segundo Neves, criou-se então uma aliança entre as elites em território brasileiro, fortalecendo uma oposição às ordens portuguesas. Estabelecia-se, portanto, uma espécie de pacto entre aqueles desfavoráveis ao retorno do Pacto Colonial. A autora também indica que esta polêmica não provocou a separação política imediata, todavia atribuiu um grande significado ao processo de independência.¹²

A união brasileira apoiava-se em D. Pedro para atingir seus objetivos. Este, por sua vez, adotara a causa dos opositores, atribuindo-lhes grande suporte. Diante das crescentes pressões da corte portuguesa, D. Pedro declarou oficialmente sua permanência no Brasil no dia 9 de janeiro de 1822.¹³

Expondo seu posicionamento político e encarnando a imagem de um herói libertador, D. Pedro rompia definitivamente com as reivindicações de Portugal. No mesmo ano, o acirramento com os políticos portugueses agravou-se. Em outras palavras, seria um ultimato

¹²NEVES. Vida política. P. 95.

¹³Episódio mais conhecido como o Dia do Fico na história brasileira.

para o príncipe regente. Com a ameaça de invasão militar, D. Pedro decidira em ser ainda mais radical, declarando o que há muito era esperado em território brasileiro. A antiga colônia tornava-se independente de no dia 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga. O Brasil seguia os rumos da construção de uma nação e rompia definitivamente seus laços de dependência com Portugal.

1.8- José Bonifácio na política externa brasileira.

José Bonifácio, considerado o Patriarca da Independência, desempenhou grande papel no processo da independência do Brasil e sua futura política externa. Segundo João Alfredo dos Anjos, Bonifácio formulou uma política exterior propriamente brasileira, afastando-se dos paradigmas portugueses e instaurando novas diretrizes e iniciativas.¹⁴

Bonifácio insere-se no contexto da primeira fase do processo do reconhecimento da independência brasileira, como foi apontado por Ricupero. O Patriarca, diferentemente do que ocorreria na segunda fase, apresentava uma visão diversa sobre a legitimidade do Brasil independente. Dentre os seus principais objetivos, Bonifácio buscava a construção da integridade do territorial nacional, a inclusão das comunidades indígenas e africanas, o fim da escravidão, reforma agrária, desenvolvimento econômico autônomo e a preservação ambiental.¹⁵

José Bonifácio acreditava que o Brasil apresentava grandes potencialidades, sendo detentor de sua própria soberania e nacionalismo. Desta forma, o novo país não necessitava esperar pela concessão de outros países para o seu reconhecimento. Sua legitimidade internacional seria uma apenas uma consequência da sua atuação diplomática e soberana. Assim, Bonifácio rompia com as primeiras prioridades do Brasil, já que não via o reconhecimento como um fator essencial para o Império. Futuramente, o político apresentaria divergências com Imperador, o que levaria ao seu exílio. Todavia, voltaria ao poder, reatando pazes com o monarca. Bonifácio também viria a ser o tutor do herdeiro do trono brasileiro, o futuro D. Pedro II.

1.9- Os primeiros passos do Brasil independente.

¹⁴ ANJOS, João Alfredo dos. José Bonifácio: O Patriarca da Diplomacia Brasileira. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. (Org). **Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)**. Vol1, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, p. 89.

¹⁵ Idem, p. 90.

Com a declaração de Independência anunciada, a separação entre Portugal e sua antiga colônia seria oficializada com a coroação de D. Pedro como imperador constitucional do Brasil. A partir daí a nova nação tinha como objetivo prioritário construir sua própria autonomia.

Apesar da oficialização de seu novo estatuto, o Império não se mostrava integralmente unido pela mesma razão. Em outras palavras, algumas províncias permaneceram fiéis a Portugal, despertando instabilidades as quais resultaram em conflitos maiores. Desta forma, diversas guerras eclodiram com o objetivo de impor a união territorial em torno do Rio de Janeiro.

Com o desafio de garantir a unidade territorial e evitar maiores desavenças com Portugal, o Império brasileiro tinha a frente dois desafios iniciais: manter a estabilidade interna e legitimar internacionalmente o país recém-independente. Desta forma, lançava-se a atuação brasileira no jogo da política externa.

A nova nação via a necessidade e ambicionava fortemente o seu reconhecimento por parte dos outros países, sobretudo da Grã-Bretanha, Estados Unidos e a região do Rio da Prata. Segundo Amado Cervo, o Brasil se apresentava oficialmente à comunidade internacional em 1822, alegando o seu direito de novo membro e ator.¹⁶

O processo de tratados e reconhecimentos diplomáticos, todavia, não se efetuará de forma simples e rápida. Esta fase duraria um pouco mais de uma década, apresentando certas complicações como a resistência e cobrança de indenizações por parte de Portugal, a mediação inglesa e o exílio de José Bonifácio. Este último, considerado como o patriarca da diplomacia brasileira, teve grande contribuição no episódio da Independência brasileira, mas acabaria seus dias e glórias no exílio.

A partir de 1825, o Brasil conquista, com efetividade, o seu reconhecimento internacional de independência. A maioria das negociações seriam com as potências europeias. Dentre elas, destaca-se a França com o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre as duas Coroas.¹⁷

¹⁶CERVO, Amado Luiz. A política externa à época da Independência. In: _____; BUENO C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 4 Ed., 2012, p. 25.

¹⁷Após a derrota de Napoleão, o Congresso de Viena decidira por restituir os princípios tradicionais e característicos do Antigo Regime. Assim, as potências européias tiveram suas monarquias reestruturadas,

O Brasil em menos de um século presenciou grandes transformações, alterando completamente o seu destino. No continente europeu, as vitórias napoleônicas se consolidavam e, no Brasil, a família real portuguesa via a sua salvação e garantia de seu poder. Apesar dos desentendimentos e declarações de guerra, Brasil e França futuramente reestruturariam suas relações. Um país recém-formado e independente conquistaria o reconhecimento de sua antiga inimiga a qual também contribuiu para o processo da independência brasileira.

incluindo a França. O país recebeu de volta a dinastia Bourbon ao poder. Em 1825, Carlos X ocupava o trono, sendo o sucessor de seu irmão mais velho, Louis XVIII.

Capítulo II: A construção da diplomacia entre França e Brasil.

2.1- A França e a América Latina.

A Europa certamente se mostrou muito presente e ativa no contexto da Independência da América Latina. Os principais países a atuarem no cenário latino americano foram a Inglaterra, França e Espanha. Esta última, com os resultados do domínio napoleônico no continente europeu e seus efeitos para o além-mar, buscava reafirmar sua autoridade e poderio nas colônias. A princípio, os territórios da Coroa espanhola formaram juntas governativas em defesa e protesto contra a destituição de Fernando VII do trono. Todavia, com o declínio de Napoleão e a volta à monarquia absolutista, a situação se modificou, desencadeando assim a revolta das colônias espanholas e o famoso processo de Independência da América Latina.

Neste episódio significativamente marcante para o Novo Mundo, agentes como França e Inglaterra também não hesitaram em marcar suas presenças. Desde negociações econômicas até relevantes intervenções militares, os dois países inseriram-se no panorama das repúblicas emergentes.

A Inglaterra merece destaque pelo empenho na Independência da então América Espanhola. Sendo considerada a maior potência econômica, naval e militar da época, a Inglaterra sempre objetivava expandir seu poderio e influência pelo globo. Com relação a América Latina, isto não seria diferente. Movida essencialmente por interesses econômicos, a Grã-Bretanha buscava consolidar sua referência para as novas nações latino-americanas. Em suma, as lutas revolucionárias simbolizavam o declínio do pacto colonial, e, conseqüentemente, o desenvolvimento do livre comércio. Tal transformação era crucial para o fortalecimento internacional inglês.

Ao contrário da Inglaterra e sua política liberal, a França, após a Restauração do Congresso de Viena e a restituição do poder monárquico, adotava princípios tradicionais e tendências conservadoras. Aos olhos da política emancipadora das novas repúblicas latino-americanas, a potência francesa não representava um parceiro diplomático ideal.

Cisneros e Escudé delineam uma breve comparação entre as atuações francesa e inglesa na América Latina:

"Durante el período comprendido entre 1810 y 1820, también la presencia comercial francesa fue poco relevante em comparación con la británica. En este período, que coincide con la experiencia de la expansión napoleónica con

*sus consecuentes costos materiales y humanos, el gobierno francés nunca contó con suficientes medios materiales como para actuar con la eficiencia con que hizo Gran Bretaña, que pudo darse el lujo de condicionar su decisión de reconocer la independencia de las Provincias Unidas al logro de una apariencia de unidad de parte de las mismas."*¹⁸

Segundo Christian Hermann, a diplomacia francesa desempenhou um papel frágil e reprobatório na América recém-independente. Para o autor, a presença francesa na América Latina estava diretamente relacionada aos episódios de conflitos armados, muitas vezes tidos como ações violentas.¹⁹

Estando a América Latina em uma situação de "semi-anarquia" devido às constantes e intermináveis lutas- ou guerras civis- a presença estrangeira no sul do continente era vista com bastante desconfiança. Desta forma, os estrangeiros eram repreendidos com diversas restrições. Diante disto, a França, por meio de atividades navais, tornou-se a potência com maior ambição ao garantir direitos e segurança para os residentes estrangeiros.²⁰

Exercendo, de certa forma uma política dúbia, a França, regida por princípios conservadores, assumia a função de protetora da presença estrangeira no continente. Todavia, é importante ressaltar que a maioria dos residentes franceses eram partidários republicanos e bonapartistas, o que representava uma contradição do Estado francês, que em tal momento era regida pela dinastia Bourbon.

Determinada a destacar sua participação no pós-Congresso de Viena, a França monárquica mostrava-se contrária às emancipações políticas na América Espanhola. Visava, portanto, restituir a ordem e o modelo conservador no Novo Mundo. Entretanto, tal ambição de cunho tradicionalista entrou em declínio face ao "triomphe du modèle politique libéral"²¹ consolidado pela potência inglesa.

Na realidade, a França também possuía interesses econômicos próprios e buscava estabelecer vantagens comerciais com os novos países latino-americanos. Movida

¹⁸CISNEROS, A; ESCUDÉ, C. Las relaciones Exteriores de la Argentina embrionaria: Desde los orígenes hasta el reconocimiento de la independencia formal. In: **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina**. Vol. II, Buenos Aires: Nuevo Hacer, 1998, p. 246.

¹⁹HERMANN, M. C. La diplomatie de la France em Amérique Latine au lendemain des Indépendances. In: Mélanges de la Casa de Velázquez. Nantes, vol. 28, No 28-3, 1992, p. 79-80. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/casa_0076230x_1992_num_28_3_2631. Acesso: 10 outubro 2014.

²⁰Idem, p. 83-84.

²¹Id, p. 88.

essencialmente pela ideologia mercantilista, seus efeitos não foram tão bem sucedidos com as negociações diplomáticas. Em outras palavras, a interação comercial não trouxera tantos benefícios para a potência francesa no decorrer do século XIX. Diante o insucesso inicial da diplomacia francesa no episódio de independência da América Latina, apenas com a instauração e a volta da República no país a situação seria revertida. Para os agentes latino-americanos, a República Francesa desempenharia uma nova política externa, mais próxima aos princípios liberais e mais cooperativa.

2.2- *Le Comte de Gestas*: as primeiras iniciativas diplomáticas francesas com o Brasil.

A França não desempenhou ou exerceu uma posição tão hegemônica como a Grã-Bretanha na recém-independente América Espanhola. Comparada ao poderio britânico, a influência e presença comerciais francesas foram pequenas.

Com a forte ambição de afirmar sua presença no continente, a França, além de intenções políticas, mas sobretudo econômicas, visava estabelecer relações diplomáticas com países os quais lhe permitiriam usufruir de benefícios e vantagens comerciais. Em outras palavras, a potência francesa construía seus efeitos de influência por meio de vias e caminhos econômicos. Cisneros e Escudé ainda afirmam que:

*"Debido a los menores recursos disponibles para Francia, ésta debió apelar a medios subterráneos para alcanzar sus objetivos. Envió agentes a los Estados sudamericanos y negoció secretamente con los representantes de estos países en Europa, a fin de proteger sus intereses comerciales."*²²

Do ponto de vista francês, o início da construção das relações diplomáticas franco-brasileiras, todavia, pode ser datado momentos antes do episódio da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Tal processo corresponde à trajetória de Aymar de Gestas, conde e diplomata, que permaneceu durante muitos anos no Brasil representando o seu país.

A família Gestas possui origens no viscondado de Soule, situada na região da Aquitaine, ao sul da França. Ao longo dos séculos, os Gestas deslocaram-se para outras localidades, extendendo seus ramos de familiares. Dentre estas migrações, uma parte da família e antecedente de Aymar, fixou-se na atual região da Lorraine, situada no nordeste do território francês.

Filho de Sébastien-Charles Hubert de Gestas, marquês de Lespérroux, e Marie Josèphe-Catherine de Roquefeuil, Jacques-Marie-Aymar nasceu em Paris na data de 24 de junho de

²²CISNEROS e ESCUDÉ, p. 246.

1786. Em tal período, seu pai era coronel do regimento da marinha, o que fazia com que os Gestas ficassem entre Metz, Estrasburgo e Belfort, mas frequentemente passavam longas temporadas na capital francesa. A família de Gestas havia construído prestígio e honra entre a nobreza e a família real. Entretanto, esta reputação logo seria interrompida pela eclosão da Revolução Francesa.²³

Os turbulentos anos da Revolução fizeram com que a família Gestas se separasse para sempre. Hubert continuou na França, pois permanecera fiel ao monarca destituído e aos princípios do Antigo Regime enquanto sua esposa e filhos partiam para a Suíça a fim de fugir dos conflitos. Assim como muitos nobres ou aqueles que se mostravam contra a nova República, o nobre não seria uma exceção para as punições. Em 1793, Hubert foi acusado de ações traidoras e condenado a morte, sendo executado no mesmo dia na cidade de Bordeaux.

Passado o Terror da Revolução e então domínio napoleônico, Aymar de Gestas retornou a França ainda jovem. Gestas herdara o título de conde de seu pai e também mostrara-se devoto aos Bourbon. Com tal lealdade, o jovem nobre dava início à sua carreira diplomática em Portugal como representante do futuro rei Louis XVIII.

Assumindo a nova função, Gestas logo teria que redefinir seu destino para o Novo Mundo, pois a família real portuguesa já não se encontrava mais no país. Desta forma, Gestas partiu para a cidade do Rio de Janeiro, onde passaria boa parte de sua vida representando o seu país.

Os primeiros anos da carreira diplomática de Gestas assistiram a grandes mudanças tanto no Brasil como na França. A potência francesa tivera a monarquia dos Bourbon restaurada após a queda de Napoleão Bonaparte e o Congresso de Viena. O futuro do Brasil encontrava-se incerto com os preparativos da volta de João VI a Lisboa. Diante disto, o governo bourbônico questionava-se sobre quais medidas e atitudes deveriam ser adotadas para com o Brasil. Em outras palavras, valeria a pena manter e investir nas relações diplomáticas com os brasileiros? Certamente, esta dúvida seria respondida com a proclamação da independência em 1822.

2.3-A busca pela legitimidade e o processo de reconhecimento francês.

²³GAIN, André. De la Lorraine au Brésil: Les derniers seigneurs de Bertrange. S.n., s.d. p. 9 Disponível em: http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/33119/ANM_1930_135.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 outubro 2014.

O processo de reconhecimento do Brasil, segundo Ricupero, consiste em duas fases: o primeiro situa-se entre agosto 1822 a julho de 1823 sob a liderança de José Bonifácio de Andrada e Silva como chefe de governo e primeiro-ministro. Esse período é considerado pelo autor como uma etapa inconclusiva devido ao infortúnio do político. Com o fechamento da Constituinte por D. Pedro I, o ministro fora demitido e exilado. A segunda fase centra-se no momento da queda de Bonifácio até a firmação do tratado de reconhecimento com Portugal em 1825. Sucessivamente, vinha a Grã-Bretanha e demais potências em 1826, com exceção da Rússia (1827) e Espanha (1834), as quais foram retardatárias no reconhecimento.²⁴

Obtida a vitória da Independência, cabia ao Brasil recém-independente conquistar o seu lugar no cenário internacional. Certamente, o país emergente iria lidar com muitas barreiras e resistências na jornada pela busca de sua legitimidade. O primeiro desafio encontrado pelo governo brasileiro foi a posição de Portugal ao negar a total separação de sua antiga colônia. Para o Brasil, a concessão portuguesa era crucial para que o país firmasse um Estado autônomo e independente. Ademais, também era necessário obter o reconhecimento da independência por outros países, de modo ao Império do Brasil poder inserir-se como Estado soberano no contexto internacional. Desta forma, ou somente por esta via, a nova nação conseguiria atingir as potências europeias, seu principal objetivo. Certamente, a França não fugiria desse contexto.

O consentimento lusitano não se deu de forma imediata, dificultando os primeiros passos diplomáticos brasileiros, pois nenhum Estado europeu legitimaria a autonomia de uma ex-colônia, seja ela qual fosse. Os Estados Unidos da América- que se tornaram independentes em 1776- foram a primeira nação a reconhecer o Império do Brasil em 1824. Em um intervalo de três anos, ou seja, até 1825, Portugal mostrava-se inflexível e recusava a aceitar a nova realidade brasileira. Após muitas negociações e diálogos, os lusitanos legitimaram a independência do Brasil, exigindo altos preços e indenizações.²⁵

A Inglaterra desempenhou uma ativa participação durante o processo de negociação entre brasileiros e portugueses à luz da independência. A potência atuara como a intermediadora entre os dois agentes no episódio da conquista do reconhecimento. Como

²⁴RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: COSTA E SILVA, Alberto da.(Org.). **História do Brasil Nação: Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. Vol 1, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011, p. 140-141.

²⁵Muitos dos relatórios provenientes do Ministério das Relações Exteriores expõem as negociações das Comissões Mistas brasileiras e portuguesas referentes ao tratado de reconhecimento de 1825. É interessante ressaltar que até mesmo documentos de 1850 em diante fazem menção a esses processos!

resultado dos impactos provocados pela Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII, os ingleses buscavam ampliar o seu poderio econômico para muito além do continente europeu, consolidando um mercado e clientela internacionais. A missão de reconciliação entre Portugal e Brasil foi atribuída ao diplomata inglês sir Charles Stuart. Certamente após o longo ato de diálogos, os ingleses obtiveram vantagens comerciais com os brasileiros.

Após a difícil superação da resistência portuguesa, o novo Brasil finalmente poderia dar início às suas relações diplomáticas e construir uma política externa eficiente no cenário internacional. Logo após Portugal, os ingleses também reconheceram o novo país no mesmo ano, garantindo seus privilégios comerciais originários do tratado de 1810, consequência da Abertura dos Portos.²⁶ Diante o “sucesso” britânico com o Brasil, a França não tardaria a se inserir na cadeia dos tratados de reconhecimento por parte das potências europeias.

Segundo Gain, o conde de Gestas, então titular do consulado da França no Rio de Janeiro, estava determinado a conduzir o andamento das relações diplomáticas entre as duas Coroas e a boa interação entre seus respectivos monarcas. Acreditava ele que o Brasil era um aliado em potencial. Além disto, via a possibilidade de estabelecer uma forte influência francesa no país apesar do “domínio” britânico.²⁷

Nas primeiras etapas de negociação, a França apresentava uma posição dúbia diante do Brasil Independente. Mais precisamente, tanto Louis XVIII como Carlos X não legitimaram a autoridade de D. Pedro como Imperador, pois estavam persuadidos de que o país emergente logo retornaria às condições coloniais. Em outras palavras, enquanto as querelas entre Portugal e Brasil não fossem concluídas, os franceses não assumiriam uma postura de iniciativa diplomática.²⁸ Para eles, o novo país sustentava-se em bases “frágeis”. Por outro lado, a França, e, mais precisamente Gestas, possuíam fortes ambições e interesses econômicos os quais poderiam ser supridos pelo novo império.

Uma aproximação com o Brasil poderia garantir grandes vantagens comerciais para a França, mas era crucial que o país sustentasse um Estado forte. Frente a uma neutralidade hesitante dos franceses, a Grã-Bretanha aproveitar-se-ia da situação para avançar em seus

²⁶A Abertura dos Portos favoreceu parcialmente os interesses ingleses e beneficiou o projeto de desenvolvimento industrial nacional. Rompendo com o privilégio comercial inglês e a aliança tradicional com Portugal, a Grã-Bretanha pressionou D. João VI a firmar um tratado de comércio em 1810. Este último inseria o Brasil no contexto do monopólio comercial inglês.

²⁷GAIN, p. 187-188.

²⁸A França monárquica era antes de tudo aliada ao Reino de Portugal. Reconhecer o Brasil como um Estado autônomo e independente simbolizaria uma contradição ou complicações na diplomacia entre os dois países.

projetos comerciais. Os ingleses, contrariamente aos franceses, mostraram-se mais flexíveis nas negociações com o Brasil e quanto à possibilidade do reconhecimento da independência. Na prática, os países que legitimassem o império brasileiro o quanto antes seriam agraciados com privilégios comerciais como forma de honra e agradecimento. Gain sugere que neste contexto, criou-se uma disputa franco-britânica ou “duel franco-britannique” pela representação de maior influência econômica no Brasil. Qual das duas potências seria a referência comercial para o país?²⁹

A atuação britânica representava cada vez mais uma ameaça para as ambições comerciais francesas. A potência construía aos poucos um modelo referencial para o novo país. Além disto, Portugal finalmente reconhecia o Império do Brasil. Diante de tais acontecimentos, a França percebia que a independência do país seria irreversível. Seria o momento decisivo para os franceses escolherem qual atitude deveriam adotar. Assim, em 1825, iniciaram-se os procedimentos oficiais para a elaboração de um possível tratado de amizade entre Brasil e França.

2.4- O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre as Coroas Brasileira e Francesa.

Com as primeiras legitimações de Portugal, Inglaterra e Estados Unidos já obtidas, o Brasil Império lançava aos poucos uma nova e própria política externa independente.

Segundo Amado Cervo, o Brasil visava construir e fazer prevalecer um maior vínculo diplomático europeu do que americano. O novo país mostrava-se disposto a conceder privilégios e compensações para os demais atores diplomáticos a fim de acelerar o tão priorizado reconhecimento internacional.

Não querendo tardar seus projetos e estar atrás das outras potências, a França motivou-se a promover maiores relações com Brasil. Assim, o novo império passou a fazer parte dos interesses da política externa francesa. Com o aval D. Pedro, o processo de negociações entre os dois países consistiu em diversas conferências as quais visavam principalmente discutir acordos e questões comerciais. Concomitantemente, o futuro tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre as duas Coroas era elaborado na França e logo chegaria ao Brasil, selando o desfecho dos encontros entre os agentes diplomáticos.³⁰

²⁹GAIN, p. 208-210.

³⁰Nenhuma negociação seria oficializada sem as devidas ratificações e consentimento do lado francês.

O Estado francês via estratégias e oportunidades comerciais ao estabelecer alianças com o Brasil Império, garantindo constantemente nos atos conferenciais que a França teria os mesmos benefícios e vantagens que a Inglaterra. Desta forma, o país tornava-se o mais vantajoso em termos comerciais e navais.

O ano de 1826 iniciava-se de forma vantajosa para os dois países. O Brasil obtinha a declaração oficial de seu reconhecimento pela França, e, esta última com privilégios de navegação e comércio com o império brasileiro. Em 8 de janeiro daquele mesmo ano, o Conde de Gestas, agente diplomático francês e representante da Coroa Francesa assinava o documento junto aos Viscondes de Santo Amaro e Paranaguá, representantes da Coroa Brasileira. A cerimônia e as devidas assinaturas do documento foram realizadas na cidade do Rio de Janeiro.

O tratado de amizade entre as duas Coroas consistiu em um documento redigido em duas partes. A primeira parte foi traduzida na língua francesa e a segunda na língua portuguesa. Basicamente, não houve diferenças essenciais entre as duas divisões. O corpo documental do tratado possuía vinte e seis artigos os quais dedicavam-se essencialmente a tratar da interação comercial e naval entre os dois países. Sob a perspectiva de um panorama geral, consistiu em discutir a posição de privilégios comerciais entre ambas as partes (“les hautes parties contractantes”), a dinâmica e regras da atividade comercial, punições em casos de traição e desrespeito a cada uma das nações, prazos, tarifas e formação de tripulações.³¹

O tratado, em seu início, ressaltava a perpetuidade da amizade e das relações políticas entre os monarcas, seus herdeiros, súditos e devidos territórios, garantindo desta forma a indissolubilidade das relações diplomáticas entre os dois países.³² Em seguida, passava a tratar da posição dos agentes diplomáticos e dos assuntos comerciais.

Cada uma das “hautes parties contractantes” tinha o direito de usufruir da liberdade de escolha dos agentes diplomáticos que lidariam diretamente com a questão comercial em cada país, ou seja, cônsules, vice-cônsules e cônsules gerais. Além disto, cada uma das partes deveria conceder os mesmos privilégios, honras e imunidades ao corpo diplomático. Um

³¹Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a França e o Brasil. In: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1826/paz-amizade-comercio-e-navegacao/at_download/arquivo. Acesso em: 04 novembro 2014.

³²Idem, p. 44-45.

agente só poderia assumir oficialmente suas funções em outro país com o consentimento de seu respectivo soberano³³.

O documento fazia menção aos estrangeiros de cada nação residentes em um dos respectivos países como “súditos”. O tratado defendia a reciprocidade de tratamento, direitos, imunidades e privilégios nos países estrangeiros. Alega também que os súditos detinham livre arbítrio e poder de escolha de suas posses e propriedades. Estavam eles dispensados do serviço militar em cada país e tinham o direito de escolher qualquer devoção religiosa no território de uma das partes. Em caso de rompimento das relações bilaterais, os estrangeiros poderiam permanecer no país desde que se comportassem de forma pacífica ou não desrespeitando as leis nacionais.³⁴

Com relação a atividade comercial e naval, o documento alegava que os navios eram detentores de total liberdade de circulação e trajeto nos territórios de cada país. Os navios estavam isentos de qualquer tipo de pagamento ao zarpar em portos e ancoradouros. As tripulações deveriam seguir as leis do país em que se encontravam. As mercadorias que fossem do Brasil para a França não pagariam valores acima do estipulado. Em troca, as embarcações brasileiras estavam isentas de pagar uma sobretaxa de demais mercadorias importadas e de algodão.³⁵

Se os respectivos países estivessem em guerra, a atividade comercial continuaria normalmente, tendo modificações apenas nas destinações dos portos. Em casos de pirataria e contrabando, a tripulação seria investigada a fim de comprovar se haveria cumplicidade nos atos ilegais. Se a mercadoria fosse recuperada, elas seriam imediatamente entregues aos seus donos. Quando um navio naufragasse, as mercadorias também seriam destinadas aos proprietários. Em outras palavras, tentava-se garantir a eficiência da atividade comercial a todo custo.³⁶

É interessante ressaltar o caráter da indissolubilidade das negociações e de quase todos os artigos. O tratado alegava que com exceção dos artigos XII, XIV, XV, XVI, XVII e XX os acordos não estariam sujeitos a nenhum prazo. Por outro lado, aqueles que foram citados

³³Id., p. 45-46.

³⁴Id., p. 46-48.

³⁵Id., p. 49-52.

³⁶Id., p. 52-54.

teriam uma durabilidade máxima de seis anos, estando sujeitos à modificações. Basicamente, tais artigos diziam a respeito a assuntos comerciais.

O documento cita constantemente uma reciprocidade de tratamento nas interações econômicas entre as duas partes. Todavia, como será visto mais a frente, não só a França, mas outras potências com as quais o Brasil firmava relações diplomáticas, detinham maiores vantagens e benefícios na prática, tendo em vista que dispunham de economias mais avançadas e diversificadas, exportando diferentes produtos para o Brasil e deste importando poucas. Eram chamadas de ‘nações mais favorecidas’ nas relações comerciais, pois nunca se encontravam em uma situação inferior a outro país em casos de concorrência. Em suma, a elas eram atribuídas constantes privilégios comerciais. Futuramente, esta espécie de desnivelamento teria fortes contribuições para uma mudança de postura da política externa brasileira.

Com as devidas assinaturas ratificadas, o tratado passava a ser legalizado e suas regras colocadas em prática. Ao longo dos anos, os acordos negociados não sofreram alterações impactantes. Modificava-se apenas os artigos com prazos e adicionavam-se outros chamados os ‘atos adicionais’.

Firmada a aliança franco-brasileira, o Brasil conquistava mais um passo para a consolidação de sua posição na ordem e cenário internacionais. Concomitantemente, a França ganhava mais um promissor parceiro comercial nas Américas, reforçando sua presença no Novo Mundo. Certamente, ‘les hautes parties contractantes’ tinham que se contentar.

Após um ativo período de diálogos com o seu país e sua inflexibilidade, a constante amizade com o Imperador e a sua representatividade no território estrangeiro, o conde de Gestas conseguiu alcançar o que talvez tenha sido a maior realização de sua carreira diplomática. Mesmo após a oficialização do reconhecimento e do tratado de amizade entre Brasil e França, Gestas permaneceu no país para lidar com outras questões diplomáticas. Apesar de ter cumprido sua ‘grande missão’, Gestas não retornou a França. Detinha ele boa reputação e reconhecimento entre os brasileiros. Em 1837, o conde vendeu sua propriedade na Barra da Tijuca e passou a morar na Ilha de Viana, local onde viria a falecer no mesmo ano. Assim, a amizade franco-brasileira ou ‘amitié franco-brésilienne’ estavam consolidadas. Tais relações perduram até os dias atuais.

Capítulo III: Mudanças na Política Externa Brasileira e as Relações com a França.

3.1- O adeus de D. Pedro I ao Brasil: O fim do Primeiro Reinado.

O Brasil de D. Pedro I não era o mesmo que D. João VI encontrara em meados de 1808. O então jovem herdeiro da dinastia Bragança, às vésperas da Independência brasileira, selou seu destino com a importante decisão de aqui permanecer. Resistindo a pressões constantes e cada vez maiores vindas de Lisboa, Pedro de Alcântara rebelou-se ao aderir à luta pela Independência do Brasil. Em pouco tempo, D. Pedro tornar-se-ia o primeiro imperador do país emergente.

O monarca governou o país desde sua independência em 1822 até o ano de 1831, quando, pressionado por movimentos contra ele no Rio de Janeiro, foi forçado a abdicar, retornando assim para Portugal. Os últimos anos de D. Pedro no trono brasileiro apresentaram controvérsias e crises cada vez maiores, contribuindo para a crescente impopularidade do Imperador.

D. Pedro, ao ascender à Coroa e trono brasileiros, recebera significativo apoio das elites que se uniram ao não aceitarem o futuro incerto do país e a sua possível volta à condição de colônia após a partida de D. João VI para Lisboa. Com a proclamação da Independência, parte dessas elites agiu, na Constituinte, para que o Brasil se tornasse uma Monarquia Constitucional, ou seja, entraria em rigor o princípio de uma Constituição que delimitasse a soberania do monarca.³⁷

Colocando o poder em prática, D. Pedro não demorou a explicitar suas tendências e atitudes autoritárias, despertando rapidamente divergências para com a corrente política liderada por José Bonifácio a qual fazia parte do governo. Para a formulação da Carta Constitucional, o Imperador, movido por uma forte perspectiva centralizadora, optou por dissolver a Assembleia Constituinte, afastando o grupo político do poder. Desta forma, caberia a ele, seguido de uma união de aliados, a realizar tal tarefa. Em suma, D. Pedro atribuía a si maior soberania.

³⁷Ao contrário de uma Monarquia Absolutista, o princípio da Monarquia Constitucional ou Parlamentarista consiste na ideia de um poder equilibrado. Em outras palavras, significa que há legitimidade na autoridade do monarca hereditário ou eleito, entretanto, seu poder possui limites devido à existência de uma Constituição. Esta última é formada por um conjunto de leis que regem o sistema político. O funcionamento e dinâmica das Monarquias Constitucionais podem variar entre os países, mas sua lógica permanece a mesma.

A primeira Constituição Brasileira foi outorgada em 1824. No documento, o poder político estava dividido entre o Executivo, Legislativo e Judiciário. Todavia, estes se submetiam ao princípio do Poder Moderador, criado pelo Imperador. Este quarto poder possuía a atuação direta do Imperador, que desta forma, poderia intervir em qualquer um dos outros poderes. Em outras palavras, fortalecia-se a soberania do Monarca.

Além disto, D. Pedro rodeava-se de um grupo de cortesãos de origens portuguesas, os quais também detinham concepções mais autoritárias e estavam em constante envolvimento com a política brasileira. Desta forma, criava-se uma tensão entre brasileiros e portugueses. A resistência à tentativa centralizadora também caracterizava-se por movimentos nas províncias do Nordeste.

O Nordeste brasileiro há muito mostrava-se insatisfeito com o governo e as medidas políticas de D. Pedro. Como explica Neves, movidos por sentimentos anti-lusitanos e autonomistas, as províncias de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pará reuniram-se para encontrar uma solução para suas crescentes insatisfações. Tiveram, como resultado, a criação da Confederação do Equador, estabelecendo um governo federativo e republicano. O movimento era liderado por grandes nomes como Frei Caneca e Cipriano Barata. A revolta foi enfraquecida, porém, pela falta de apoio das elites locais. Daí em diante, o governo imperial reprimiu e sufocou a rebelião com execuções e julgamentos.³⁸

Ao cenário de instabilidade, acrescentam-se também algumas questões e querelas de política externa. Em suma, o Brasil encontrava dificuldades para manter a ofensiva militar na guerra da Cisplatina, Portugal enfrentava uma crise na sucessão do trono após a morte de D. João VI e renovavam-se os tratados com a Inglaterra. Junto a isso, o país passava por dificuldades financeiras e econômicas.³⁹

Em terras lusitanas, o quadro político também não se encontrava estável. Com o falecimento de D. João VI, único monarca europeu que pisou em territórios coloniais, D. Miguel, irmão mais novo de D. Pedro, havia usurpado o trono português. Verdadeiramente, a

³⁸ NEVES, A vida política. In: COSTA E SILVA, Alberto da.(Org.). **História do Brasil Nação: Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011, p. 105

³⁹ A Guerra da Cisplatina consistiu no conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio do Prata, em disputa pela posse da Província da Cisplatina. O conflito durou cerca de três anos, mais precisamente entre 1825 e 1828. A Cisplatina, que atualmente corresponde ao atual território do Uruguai, representava um local estratégico para o controle e domínio de navegação do Rio da Prata. Além disto, oferecia acesso aos rios Paraná e Paraguai, zonas as quais o transporte da prata era muito recorrente. O fim da guerra resultou a perda da região pelo Brasil, fator decisivo para o aumento da impopularidade de D. Pedro e sua futura abdicação.

Coroa pertencia de direito a Dona Maria II, filha do imperador. Com as fortes fragilidades administrativas do irmão, houve guerra civil irmão e D. Pedro mostrara-se ainda mais dividido entre os dois países.

Com sua impopularidade crescente entre o povo brasileiro, as instabilidades internas do país e as dificuldades em Portugal, D. Pedro, sem apoio, decidiu-se por abdicar ao trono do Brasil a favor de seu filho, D. Pedro II, no dia 7 de abril de 1831. Logo em seguida, o monarca despedia-se do Brasil para retornar a Lisboa. Chegando a capital, D. Pedro tomou o poder de seu irmão a fim de restaurar os direitos de sua filha. Assumindo o trono português, o imperador já não era mais D. Pedro I do Brasil, mas sim D. Pedro IV de Portugal.⁴⁰

3.2- O Brasil no Período Regencial.

Com a abdicação de D. Pedro I à Coroa Brasileira, o poder foi automaticamente transferido para o novo herdeiro do trono, Pedro II. Todavia, no ato da renúncia do soberano, Pedro II era apenas uma criança de cinco anos. O sucessor era, portanto, muito jovem, impedindo-o de qualquer possibilidade de assumir sua posição de imediato.

Neste período, o Brasil conheceu uma nova etapa de sua História Imperial. Tratava-se do chamado período regencial cuja duração correspondeu a nove anos, mais precisamente de 1831 a 1840: da renúncia de D. Pedro I ao Golpe da Maioridade, cuja realização levou à antecipação da idade do herdeiro ao trono. Trata-se de um período caracterizado pela conturbação e instabilidade política na história brasileira. Segundo Basile, a regência ficou marcada por um momento de “anarquia” o qual privilegiou a participação de atores políticos, detentores de uma grande diversidade de projetos e expectativas. Com a vacância ao trono e a minoridade do então novo imperador, as elites dividiram-se em três grupos principais. Os “moderados”, que reivindicavam reduções no poder do imperador e mudanças não prejudiciais à ordem monárquica. Em seguida vinham os “exaltados”, defensores dos princípios liberais e de uma república federativa. Por último, havia os “caramurus”, que eram os mais conservadores, pois não aceitavam nenhuma mudança ou reforma na Constituição de 1824.⁴¹

⁴⁰Em apenas três anos, D. Pedro viria a falecer no dia 24 de setembro de 1834 no Palácio de Queluz devido à tuberculose. O monarca possuía apenas 35 anos de idade.

⁴¹BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, K e SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial: Volume II- 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55-59.

Imediatamente após a abdicação de Pedro I, o poder organizou-se em um sistema de uma Regência Trina Provisória, ou seja, dividido entre três representantes. Logo em seguida, deu lugar a uma Permanente, exercida por Lima e Silva, Braulio Muniz e Costa Carvalho.⁴²

O período regencial brasileiro contou com um leque de representatividade e atores políticos. Dentre alguns exemplos, ressalta-se o papel da imprensa como uma ferramenta de propagação de diferentes ideias e de mobilização social. Festividades ou rituais cívicos, cujo objetivo era legitimar o poder monárquico, também desempenharam certa relevância, pois contribuíam e alimentavam divergências e rivalidades.

As famosas revoltas provinciais Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Revolução Farroupilha e Cabanada também marcaram fortemente o período regencial. Pode-se afirmar que, em tal momento, o princípio de unidade era precário no país, dificultando a consolidação da Nação. Por meio de iniciativas descentralizadoras, as províncias ganhavam maior autonomia e flexibilidade, tendo a experiência de certa independência. Como consequência, o poder central enfraquecia-se face ao poder crescente das províncias.⁴³

A segregação da elite no quadro político regencial despertou desentendimentos e disputas pelo poder, o que gerou medidas e reformas no governo. Neste contexto, foi criada a Guarda Nacional, que passava a conter a ação e repressão dos militares. Outra grande medida e certamente mais importante mudança da Regência Trina para a Una, promulgada pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.⁴⁴

Esta nova etapa do período regencial contou com a participação de dois regentes diferentes no sistema Uno. A primeira regência una foi de Diogo Antônio Feijó, um “moderado” (1831-1835). Logo em seguida, a regência una passava para Araújo Lima, partidário à ideias conservadoras e regressistas. Desta forma, rompia-se com a motivação dos princípios liberais.

Face às crescentes tensões e desentendimentos entre os grupos políticos, as constantes revoltas provinciais e populares, dentre outras discórdias, o exercício do poder central cada

⁴²Idem, p. 60.

⁴³É relevante observar que as revoltas provinciais reivindicavam medidas radicais como separação ou a instauração de uma república. Todavia, os movimentos não obtiveram tanta repercussão, não resultando em consequências desastrosas para o governo imperial.

⁴⁴O Ato Adicional à Constituição reunia uma série de projetos e medidas liberais as quais visavam eliminar os resquícios considerados absolutistas do Estado Imperial, ou seja, defendia-se princípios opostos a uma forte centralização política.

vez mais mostrou-se desgastado e instável. Com o objetivo de acabar definitivamente com o cenário político belicoso, que ameaçava a ordem social escravocata, era necessário buscar uma nova medida de organização do Estado. Em vista disso, as elites uniram-se em torno da antecipação da chegada do príncipe ao Trono. Tratou-se do Golpe da Maioridade, em que D. Pedro II assumiu a Coroa com apenas 15 anos de idade. A ascensão do novo monarca inaugurava, assim, uma nova fase política do país.⁴⁵

3.3- A nova política externa brasileira e as relações com a França.

O reconhecimento do Império do Brasil por Portugal representou um grande marco e avanço para a política externa brasileira. No capítulo anterior, foi apresentado brevemente como se deu o processo de negociações entre o Brasil, Inglaterra e sua antiga metrópole portuguesa. Com justiça, atribui-se à potência inglesa um notável papel ativo e intervencionista no ato de reconhecimento. O Brasil recorreu ao auxílio britânico a fim de conquistar o consentimento português. Desta forma, a Inglaterra foi a ‘ponte’ entre os dois países que não conseguiam chegar a um acordo final.

Ainda no Brasil Colônia, ou mais precisamente em 1810, o então Príncipe Regente de Portugal firmara uma série de tratados com a Inglaterra com objetivo de livrar sua terra natal dos domínios napoleônicos, com que se obteve o apoio e protecionismo britânicos. Segundo Barbosa, esses tratados de Amizade e Comércio conferiam inúmeras vantagens e privilégios aos produtos e cidadãos britânicos residentes no Brasil.⁴⁶

Em portos brasileiros, os produtos ingleses beneficiariam do pagamento de uma taxa alfandegária de apenas 15%, enquanto outros produtos estrangeiros estariam submetidos a uma taxa de 24%.⁴⁷ Em suma, este valor simbolizava o domínio comercial o qual desfrutava a Inglaterra no Brasil. Futuramente, este privilégio atrairia os interesses franceses.

Com a volta da corte portuguesa a Lisboa, a Independência do Brasil e rumo ao reconhecimento internacional, eventos que contaram com uma intensa participação inglesa, os

⁴⁵A Constituição alegava que o sucessor só poderia assumir o trono com apenas 18 anos. Todavia, a fim de evitar uma crise ou tensões maiores, antecipou-se a maioridade de Pedro.

⁴⁶BARBOSA, P. H. B. **As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal.** *Em Tempos de história.* Brasília, No 24, jan./jul. 2014, p. 61. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/download/11581/8161>. Acesso: 10 novembro 2014.

⁴⁷Idem, p. 61. Deve ser feita uma observação com relação ao percentual da taxa alfandegária dos produtos de outros países. Gain afirma que o valor pago pelos produtos franceses era de 25% ao passo que Barbosa, em linhas gerais, defende o valor de 24% para os outros países.

tratados assinados em 1810 foram renovados em 1827. Os acordos teriam uma durabilidade de quinze anos daquela data em diante, ou seja, seriam legais até 1842.

Passados os turbulentos eventos de instabilidade e crise política os quais caracterizaram fortemente o período regencial, o Estado ia aos poucos retomando certa centralidade e moldando-se em bases consideradas mais seguras. A partir de 1840 o Estado Nacional adquiria um novo estatuto, pois conseguira se fortalecer política e financeiramente, atuando de forma mais efetiva.

A consolidação de um Estado nacional forte e centralizado permitiu que o Brasil reconsiderasse aspectos de sua política externa, provocando assim futuras mudanças e uma nova postura diplomática do país. Segundo Amado Cervo, desde a Independência ao ano de 1844, o governo brasileiro esteve em permanente posição desfavorável nos acordos com outros países. O Brasil assumia uma política passiva, cedendo constantemente a demandas abusivas das nações amigas. Em suma, enquanto as nações “fortes” exerciam uma diplomacia ousada e ameaçadora, o governo brasileiro adotava uma postura de defensiva e conciliação.⁴⁸

Neste período, o Brasil sofria um forte déficit financeiro em seu comércio exterior. Certamente, tal desequilíbrio devia-se aos benefícios comerciais de que os países amigos e principalmente a Inglaterra, desfrutavam em sua relações bilaterais com o Brasil. O governo brasileiro obtinha de seus direitos alfandegários a maior fonte de renda e ingresso público. Com tal defasagem, tornava-se necessário estabelecer um equilíbrio na balança comercial.⁴⁹

Certamente, esta reação à injustiça dos acordos comerciais despertou fortes insatisfações das potências europeias. Todavia, provocou maior peso e complicações nas relações de intercâmbio bilateral com os ingleses. Ademais, a interação anglo-brasileira deteriorou-se com embarcações as quais cometiam contrabando de escravos após o fim do tráfico no Brasil e por outras razões diversas.⁵⁰

Nos relatórios do Ministério das Relações Exteriores de 1831 a 1834, é apresentado as negociações das comissões mistas instituídas em Serra Leoa e no Rio de Janeiro. Estas

⁴⁸CERVO, Amado Luiz. Administrando o imobilismo política. In: _____; BUENO C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 4 Ed., 2012, p. 60-61.

⁴⁹Idem, p. 61.

⁵⁰Sob pressão inglesa, o Brasil foi forçado a decretar o fim do tráfico de escravos em 13 de março de 1830. Entretanto, a atividade continuava a funcionar ilegalmente com forte apoio da opinião pública.

audiências buscavam julgar as presas e embarcações as quais praticavam são apresentados de escravos. Neles, percebe-se a tensão e as antipatias crescentes entre os dois países.⁵¹

A conscientização gradual de que o Brasil necessitava de uma política externa adequada e eficiente a fim de defender seus interesses internos e externos, aliada a nova realidade política a partir de 1840, gerou um novo sentido e motivação para a diplomacia brasileira. Basicamente, reivindicava-se uma nova política externa mais forte e independente, rompendo com o antigo sistema de relações bilaterais da época da Independência.

Em 1844, como afirma Cervo, o governo brasileiro inaugurava uma política de afirmação nacional, abandonando o estatuto inicial de ‘submissão’.⁵² Tal ano correspondeu com a promulgação das Tarifas Alves Branco, que contribuiu para uma nova posição internacional do Brasil. Com um projeto político nacional inédito, o governo brasileiro passava a apresentar uma postura mais firme e segura de suas ambições no exterior.

Barbosa afirma que as tarifas foram fruto do debate entre grupos de livre-cambistas e de protecionistas referente à industrialização no país. Tendo em vista tal perspectiva, foram decretadas com os principais objetivos de proteger aduana brasileira e aumentar receitas do Império. Em suma, fortalecer a atividade aduaneira nacional.⁵³

Elaboradas por Manuel Alves Branco, até então Ministro da Fazenda do Império, as tarifas anularam todos os tratados comerciais com as nações as quais o Brasil havia firmado relações bilaterais no pós-Independência. Apenas as relações diplomáticas eram preservadas. Reivindicava o Estado Brasileiro a supressão das restrições dos produtos brasileiros e maior abertura e acesso ao mercado externo. Buscava também acabar com os privilégios comerciais ingleses.⁵⁴

Apesar da anulação de tratados comerciais internacionais, o Brasil Imperial conseguiu renovar muitas de suas relações bilaterais com outros países. Todavia, passava a prevalecer o princípio de reciprocidade e igualdade de tratamento entre as devidas nações. O Brasil abandonava, assim, uma posição de desvantagem. De acordo com dados do Instituto

⁵¹RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. 1831-1834. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores. Acesso: 11 novembro 2014.

⁵²CERVO, p. 68.

⁵³BARBOSA, p. 75.

⁵⁴Dos novos tratados firmados a partir da década de 40, a Grã-Bretanha fora a única a preservar seus acordos com Brasil do Tratado original de 1827. Sendo válido por 15 anos, os ingleses conseguiram prorrogá-lo por mais dois anos. Assim, a data final de 1842 passou para 1844, ano de promulgação das Tarifas Alves Branco.

Brasileiro de Geografia e Estatística, as médias anuais em libras-ouro indicam um ritmo de exportação crescente a cada década.⁵⁵

Durante todo este período, a França preservou suas relações diplomáticas com o Brasil oficializadas no ano de 1826. Em termos de interação econômica, a pesquisa se ressentiu da ausência de fontes relativas à atividade comercial entre os dois países após a promulgação das Tarifas Alves Branco. No entanto, as características da política externa brasileira, a partir de 1844, permitem concluir que as duas nações continuaram a manter um comércio bilateral, mas priorizando o princípio de reciprocidade exigido pelo governo brasileiro.

Segundo o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação firmado entre as duas Coroas em 8 de janeiro de 1826, com exceção de alguns artigos que expirariam em seis anos, os demais acordos teriam durabilidade perpétua. Após a oficialização desse primeiro tratado, houve apenas a decretação de artigos adicionais e algumas modificações. Somente em 1844, em nome de D. Pedro II e Luis Felipe de Orléans, as duas Coroas estabeleceram negociações referentes a navegação de navios a vapor entre os dois territórios. Deduz-se, portanto, que o quadro comercial entre Brasil e França não sofreu tantas alterações ou impactos durante o Período Regencial e o início do Segundo Reinado. Ao contrário de outras potências como a Inglaterra, não houve grandes acontecimentos ou fatores que prejudicassem as relações franco-brasileiras.

3.4- A questão do Amapá: um “*affaire*” fronteiriço.

Se o intercâmbio comercial entre França e Brasil não se mostrara problemático, a solução para a questão fronteiriça do Amapá obteve uma atenção maior por ambos países. Tendo sempre sido considerado como um caso sem resolução, esse episódio deve suas origens à invasão portuguesa na cidade de Caiena na Guiana Francesa em 1809. Em tal momento, a família real e a corte portuguesas acabavam de pisar em terras coloniais, pois haviam fugido do domínio napoleônico instaurado em Lisboa. Em suma, a tomada de Caiena representava o recado de declaração de guerra de D. João a Napoleão Bonaparte e, além disto, uma oportunidade de afirmação da presença portuguesa nas Américas.

Com as negociações do Congresso de Viena, Caiena voltou a pertencer à França Restaurada em 1817. Estabeleceram-se fronteiras entre os respectivos territórios de Portugal e

⁵⁵INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) apud CERVO, p. 85.

França. Esta última retomava posse da Guiana, enquanto Portugal ficava com o Amapá. O limite entre as duas colônias era representado pelo rio Oiapoque, situado nessa região.

Anos depois, no cenário de instabilidade política do Período Regencial, querelas fronteiriças voltariam a se apresentar nas relações entre os dois países. A Cabanagem no Pará, uma das revoltas provinciais mais importantes devido aos seus efeitos durante a regência, desestabilizou o controle do atual território do Amapá, que era exercido e responsabilizado por autoridades paraenses. Diante de tais turbulências, os franceses decidiram proteger seu território construindo um forte. Segundo Granger, a defensiva francesa seguiu para a margem direita do rio Oiapoque, ocupando assim território brasileiro.⁵⁶

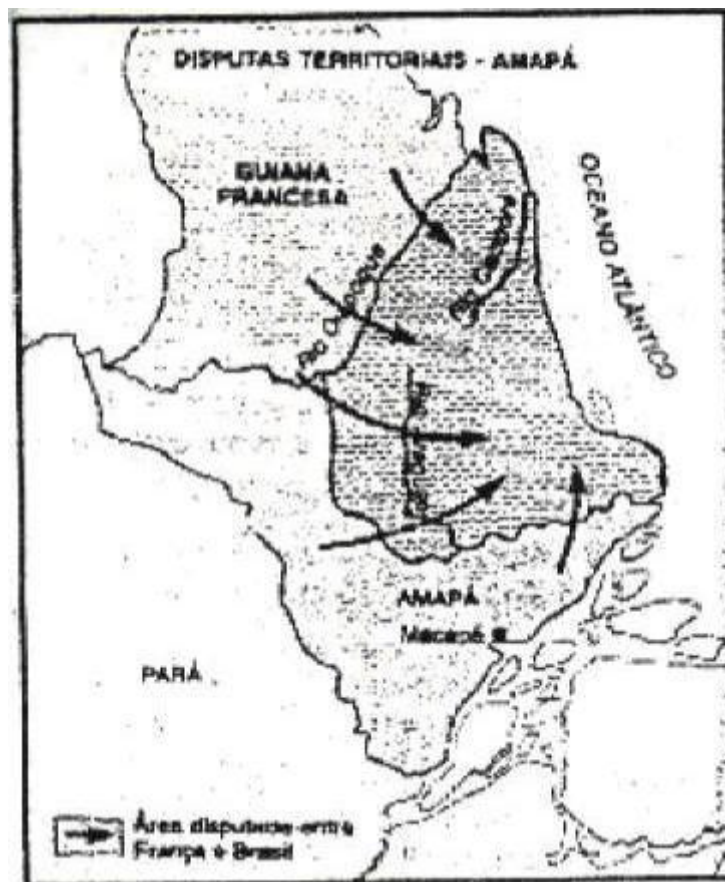
Tal “ousadia” despertou grande descontentamento dos brasileiros e os franceses passaram a reivindicar o território entre Araguari e Oiapoque. Instaurava-se um clima conflituoso entre as duas nações. O conflito armado, todavia, foi evitado por uma intervenção britânica, pois a Inglaterra preferia evitar o aumento da presença francesa na região. Para tanto, a potência propiciou as negociações entre Brasil e França. O objetivo de estabelecer fronteiras definitivas foi, porém, interrompido e prorrogado pelo Brasil devido a problemas internos.⁵⁷

O litígio franco-brasileiro, ou simplesmente, questão do Amapá, não obteve, contudo, uma resolução final, pois o território como um todo não pertencia oficialmente a nenhum dos países. Durante o Segundo Reinado, manteve-se o diálogo entre Brasil e França e demais acontecimentos a respeito do caso, mas sem uma resposta definitiva quanto ao limite das fronteiras. Em 1900, o contestado foi anexado ao Brasil, mas ainda prevalecem discussões e debates sobre um suposto expansionismo brasileiro.

⁵⁶GRANGER, Stéphane. **O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e conseqüências de um desafio esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia.** In: *Revista Cantareira*. Niterói, n. 17, jul/dez., 2012, p. 23. Disponível em :<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a2.pdf>. Acesso: 13 novembro 2014.

⁵⁷Idem, p. 23-24.

Mapa das disputas territoriais no Amapá entre França e Brasil



Fonte: <http://jean-geografia.blogspot.com.br/2012/08/amapa-contestado.html>

Conclusão

Brasil e França oficializaram suas relações diplomáticas e comerciais no dia 8 de janeiro de 1826 pelo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre as duas Coroas. Esse ato, porém, foi o resultado de um longo processo cujas origens encontram-se no contexto do Brasil Colônia e da França Napoleônica. A Revolução Francesa acarretou intensas mudanças no pensamento político e na vida cotidiana, afastando o país dos ideais do Antigo Regime. Foi causadora também de uma forte instabilidade no continente europeu com as ofensivas militares de Bonaparte e suas consequências políticas.

As consequências da Revolução levariam o jovem Jacques-Marie Aymar de Gestas a seguir uma carreira diplomática cujo rumo o traria futuramente ao Brasil. Fiel aos princípios tradicionais e conservadores, Gestas inicialmente foi encarregado de cumprir missões diplomáticas em Lisboa. Todavia, logo seguiria a Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro. Mesmo em território não europeu, as relações com a França eram essencialmente com Portugal, pois o Brasil era apenas uma colônia. Declarada a Independência, tal cenário se modificou.

Os primeiros anos do Brasil Império não foram fáceis para o novo país. Diante a resistência portuguesa em reconhecer a independência de sua antiga colônia, o Brasil não conseguia construir um Estado político forte e centralizado, tampouco firmar relações diplomáticas com outros países. Em suma, um país europeu legitimar a independência de uma ex-colônia representava uma verdadeira controvérsia. Como resultado, o país obteve poucos vínculos externos antes de 1825.

A França se posicionou de forma ambígua com relação ao Brasil Independente. Primeiramente, mostrou-se resistente e duvidosa devido ao novo país ser uma ex-colônia e não legitimada pela sua antiga metrópole. Concomitantemente, apresentava interesses econômicos, pois via no Brasil uma possibilidade de conseguir grandes vantagens comerciais.

A Grã-Bretanha construía aos poucos um influente poderio pelo globo devido às práticas de navegação e comércio. Com a independência da América Latina, os ingleses tiveram notável participação, o que lhes propiciou um sucesso econômico, na medida em que intervinham politicamente nos processos de independência e buscavam incentivar o livre comércio. Rompia-se, assim, o sistema do pacto colonial e do mercantilismo. Sua atuação e intenções não seriam diferentes com o Brasil Independente.

Ao contrário da Inglaterra, a França não conseguiu construir tal prestígio na antiga América Hispânica. Apesar de várias tentativas e ações, sua influência, comparada aos ingleses, era modesta no continente. Desta forma, o Brasil representava uma nova oportunidade para os franceses.

O reconhecimento da independência por Portugal em 1825 possibilitou ao Brasil o seu principal objetivo de se inserir no cenário internacional. Deste modo, a partir de 1826, o Brasil fez grandes avanços em sua política externa, estabelecendo relações diplomáticas com diversos países. Certamente, a Inglaterra obtivera grandes vantagens comerciais do país, pois esta servira como intermediária entre a ex-colônia e sua metrópole nos processos de negociação de reconhecimento. Tais privilégios captaram a atenção francesa, que tardiamente buscava instaurar uma influência comercial no Brasil. Em outras palavras, o Império tornou-se um “duel franco-britannique”.

Durante o período regencial, seguido do começo do Segundo Reinado, não houve mudanças impactantes ou drásticas nas relações tanto comerciais quanto diplomáticas entre os dois países. Embora o projeto de uma nova política externa com a instauração das Tarifas Alves Branco tenha reconfigurado as relações comerciais bilaterais com outros países, há bons motivos para supor que a dinâmica franco-brasileira não sofreu tantas modificações.

Ainda nesse período, ressalta-se a questão do Amapá ou o Contestado Franco-Brasileiro. Tal episódio representou um litígio entre os dois países quanto às delimitações territoriais na fronteira da Guiana Francesa e do Amapá. O caso não desencadeou um conflito armado, mas longas negociações. O diálogo, todavia, não propiciou um desfecho final para o episódio. A questão do Amapá permanece, portanto, sem resolução.

A presença francesa no Brasil, no período em estudo, não se restringiu, entretanto, a questões comerciais, políticas e territoriais. Desde D. Pedro I construiu-se uma notável influência cultural, como pode ser vista com os com os famosos “salons”⁵⁸ promovidos pelo Conde Gestas em sua residência na Barra da Tijuca, as pinturas de Debret, que eternizaram diversos momentos do Império, dentre outros nomes. Com o Segundo Reinado, essa influência se aprofundou e se disseminou ao ponto de hábitos, costumes e tendências artísticas

⁵⁸Na língua francesa, existe uma expressão chamada “tenir salon”, que, em português, corresponde a encontros periódicos promovidos pela alta sociedade. Na França dos séculos XVII e XVIII, a ocorrência dessas reuniões era muito comum entre as grandes famílias nobres. Com presença de grandes nomes, o círculo social discutia em sua maioria temas de erudição como literatura, arte, poesias, contos, etc. Ademais, contavam com a reprodução de instrumentos musicais e uma pequena “collation”, ou degustação.

e literárias francesas se tornarem referência para a elite brasileira. Conclui-se, portanto, que a dinâmica franco-brasileira do período em questão apresenta um rico conteúdo devido a sua ampla e diversa relação.

Referências Bibliográficas

ANJOS, João Alfredo dos. José Bonifácio: O Patriarca da Diplomacia Brasileira. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. (Org). **Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)**. Vol 1, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, p. 89-119.

AVENEL, Jean-David. **L’Affaire du Rio de la Plata (1838-1852)**. Paris: Economica, 1998, 152 p.

BARBOSA, P. H. B. **As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal**. *Em tempos de história*. Brasília, No 24, jan./jul. 2014, 21 p. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/download/11581/8161>. Acesso: 27 novembro 2014.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, K e SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial: Volume II- 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55-119.

BOGDAN, Henry. **Histoire des Habsbourg: Des origines à nos jours**. Sarthe: Perrin, 2005, 425 p.

BOIS, Jean-Pierre. **Nouvelle Histoire des Relations Internationales: De la paix des rois à l’ordre des empereurs 1714-1815**. Vol. 3, Manchecourt: Éditions du Seuil, 2003, 489 p.

CERVO, Amado Luiz. A política externa à época da Independência. In: _____; BUENO C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 4 Ed., 2012, p. 19-55.

CISNEROS, A; ESCUDÉ, C. Las relaciones Exteriores de la Argentina embrionaria: Desde los orígenes hasta el reconocimiento de la independencia formal. In: **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina**. Vol. II, Buenos Aires: Nuevo Hacer, 1998, 256 p.

FEUER, D; D’HENDECOURT, J. **Dictionnaire des Souverains de France et de leurs épouses**. Paris: Pygmalion, 2006, 470 p.

GAIN, André. De la Lorraine au Brésil: Les derniers seigneurs de Bertrange. S.n, s.d. 107 p., Disponível em: http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/33119/ANM_1930_135.pdf?sequence=1. Acesso: 27 novembro 2014

GRANGER, Stéphane. **O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e conseqüências de um desafio esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia**. In: *Revista Cantareira*. Niterói, n. 17, jul/dez., 2012, 19 p. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a2.pdf>. Acesso: 27 novembro 2014.

HERMANN, M. C. La diplomatie de la France em Amérique Latine au lendemain des Indépendances. In: **Mélanges de la Casa de Velázquez**. Nantes, vol. 28, No 28-3, 1992, p.

79-95. Disponível em:
http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/casa_0076230x_1992_num_28_3_2631. Acesso: 27 novembro 2014.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, 859 p.

MOUGEL, F-C; PACTEAU, S. **Histoire des Relations Internationales: XIXe et XXe siècles**. Paris: Puf, 2006, 127 p.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Guerra aos franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro, vol. 6, No 11, 2010 p. 70-82. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie7.html. Acesso: 29 novembro 2014.

_____. A vida política. In: COSTA E SILVA, Alberto da.(Org.). **História do Brasil Nação: Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011, p. 75-113

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: COSTA E SILVA, Alberto da.(Org.). **História do Brasil Nação: Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011, p. 115-159.

THEIS, Laurent. Entre besoin de repos et désir de gloire. In: ALLAIN, J-C; GUILLEN, P; SOUTOU, G-J; THEIS, L; VAISSE, M. **Histoire de la diplomatie française- II. De 1815 à nos jours**. Vol II, Paris: Tempus, 2007, p. 13-37.

Fontes Primárias

Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a França e o Brasil. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1826/paz-amizade-comercio-e-navegacao/at_download/arquivo. Acesso em: 27 novembro 2014.

Relatórios do Ministério das Relações Exteriores (1831-1844). Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores. Acesso: 27 novembro 2014.

Declaração de Autenticidade

Eu, Bianca Soares Pimentel, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado As relações diplomáticas entre o Brasil e a França de 1822 a 1844 foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.



Bianca Soares Pimentel

17 de dezembro de 2014